Reflexões sobre Justiça e suas Influências na Sociedade e no Direito – A Função Social do Direito

Luciana Silva Andrade Tarozzo
Carlos Goulart

RESUMO

A crescente revolução tecnológica, a acirrada disputa pelo domínio do mercado econômico e as gritantes desigualdades sociais nos remete à análise de um dos valores fundamentais do estudo e da práxis do Direito: a justiça. Procurou-se, ao longo da história, concretizar um contrato social baseado num direito justo e seguro, aspiração eterna dos direitos naturais do homem. Daí a constante preocupação legislativa em torno do reconhecimento concreto e eficaz dos direitos do homem, onde se insere, fundamentalmente, o valor da justiça, que visa uma convivência social equilibrada, ordeira, segura e digna.

Palavras-chave: justiça, contrato-social, valores fundamentais, direito.

SUMMARY

Increasing technological revolution, obstinate competition for controlling the economic market, and astonishing social inequality make us analyze one of the most essential values of Law study and practice: justice. Along history, a kind of social contract has been pursued as an attempt to have safe and fair right, endless desire of mankind. Therefore, that's the reason why legislation is always concerned with concrete and effective recognition of man right, along with justice value, aiming at balanced, orderly, safe, and worthy social living.

Key-words: justice, social contract, essential values, right.

RESUMEN

El aumento de la revolución tecnológica, la estrecha competición por la dominación del mercado económico y las gritantes desigualdades sociales nos lleva a la análisis de uno de los valores fundamentales del estudio de la práctica del derecho: la justicia. Se buscó a lo largo de la historia, concretizar un contrato social basado en un derecho justo y seguro, aspiración eterna de los derechos naturales del hombre. Por eso la constante preocupación legislativa al rededor del reconocimiento concreto y eficaz de los derechos del hombre, donde se añade, fundamentalmente el valor de la justicia, que visa una convivencia social equilibrada, pacífica, segura y digna.

Palabras-clave: justicia, contrato social, valores fundamentales, derecho.

1. INTRODUÇÃO

A crescente revolução tecnológica, a acirrada disputa pelo domínio do mercado econômico e as gritantes desigualdades sociais nos remete à análise de um dos valores

Luciana Silva Andrade
Tarozzo

Docente da Faculdade de Odontologia – UNAERP, graduanda do 5º período do Curso de Direito-UNAERP.

Carlos Goulart

Docente do Curso de Graduação UNAERP.

fundamentais do estudo e da práxis do Direito: a justiça.

2. REVISÃO DA LITERATURA

A Justiça é o magno tema do Direito e, ao mesmo tempo, permanece um desafio aos filósofos do Direito, que pretendem conceituá-la, e ao próprio legislador que, movido por interesse de ordem prática, pretende consagrá-la nos textos legislativos. A preocupação não é de agora. A sua definição clássica foi uma elaboração da cultura greco-romana. Com base nas concepções de Platão e de Aristóteles, o jurista Ulpiano assim formulou:

Justitia est constans et perpetua voluntas jus suum cuique tribuendi (justiça é a constante e firme vontade de dar a cada um o que é seu). O capitalismo e o socialismo, por exemplo, não estão de acordo quanto às medidas de repartição dos bens materiais na sociedade. A corrente jusnaturalista sustenta a tese do caráter absoluto da justiça como valor. Se as medidas do justo derivam do Direito Natural, que é eterno, imutável e universal, deve ela possuir igualmente esses caracteres. Para que a ordem jurídica seja legítima, é indispensável que seja a expressão da justiça. O Direito Positivo, por outro lado, deve ser entendido como um instrumento apto a proporcionar o devido equilíbrio nas relações sociais.¹

A comparação entre o ser e o dever ser é freqüentemente frustrante, pois abala o conceito de justiça. Mas, ao mesmo tempo, a decepção deve ser posta como uma tarefa a realizar por todos, sem exceção, e isto implica falar em justiça democrática. Não se pode pensar em justiça isoladamente.²

Existem perigos em introduzir ou mesmo propor reformas imaginativas de acesso à justiça. Nosso sistema judiciário já foi descrito assim:

“Por admirável que seja, ele é, a um só tempo, lento e caro. É um produto final de grande beleza, mas acarreta um imenso sacrifício de tempo, dinheiro e talento.” A finalidade não é fazer uma justiça mais “pobre”, mas torná-la acessível a todos, inclusive aos pobres, e rápida. Não é por menos que, atualmente, o Congresso Nacional aprovou e está submetendo à promulgação a alteração constitucional do artigo 5º, de modo a tornar direito fundamental o princípio da justiça célere.³

Estabelece o novo artigo 5º, inciso LXXVIII, da Constituição Federal que

“a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.”

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.⁴

A norma deve ser expressão da justiça e ela o será na medida em que for útil à conservação e ao aperfeiçoamento do convívio humano, desde que: a) o seu fim não se possa alcançar, com segurança e no devido tempo, sem o apelo aos meios coercitivos; b) na generalidade dos casos, esses meios possam ser, efetivamente, empregados, quando necessários; c) o efetivo emprego dos meios coercitivos não cause maior mal do que aquele que se quis evitar, ou um mal em desproporção com o benefício causado.⁵

O fundamental à caracterização do Estado de Direito é a proteção efetiva aos chamados direitos humanos, onde se insere, de forma significativa, o valor da justiça. Para que esse objetivo seja alcançado é necessário que o Estado se estruture de acordo com o clássico modelo dos poderes independentes e harmônicos; que a ordem jurídica seja um todo coerente e bem definido. A plenitude do Estado de Direito pressupõe, enfim, a participação do povo na administração pública, pela escolha de seus legítimos representantes, e que Goffredo Telles Júnior o identifica por três notas principais: “por ser obediente ao Direito; por ser guardião dos direitos; e por ser aberto para as conquistas da cultura jurídica.”⁶

Aliás, o Estado de Direito é uma conquista dos Direitos Humanos. Bem por isso, logo após a Primeira Guerra Mundial, a preocupação da Constituição de Weimar, de

¹ NADER, Paulo. Introdução ao estudo do direito. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1996.

² BARBOSA, Júlio César Tadeu. O que é justiça. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1984.

³ CAPPELLETTI, M; GARTH, B. Acesso à justiça. Porto Alegre: Fabris, 1988.

⁵ DINIZ, Maria Helena Diniz. Compêndio de introdução à ciência do direito. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

⁶ NADER, Paulo. Introdução ao estudo do direito. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1996.

1919, foi estabelecer uma nova ordem jurídica fincada nos ideais democráticos e solidificada na garantia do respeito à dignidade da pessoa humana. Procurou-se concretizar um contrato social baseado num direito justo e seguro, aspiração eterna dos direitos naturais do homem. Tanto é verdade que, no Projeto de Emenda Constitucional (PEC) nº 29/00, a ser promulgada, portanto já aprovada nas duas casas legislativas, os tratados internacionais sobre direitos humanos, obedecendo alguns critérios de processo legislativo, recebem o “status” de emenda constitucional. Daí a constante preocupação legislativa em torno do reconhecimento concreto e eficaz dos direitos do homem, onde se insere, fundamentalmente, o valor da justiça, que visa uma convivência social equilibrada, ordeira, segura e digna.

Sem ordem e segurança, a própria justiça estaria em perigo. O ideal para o homem é desfrutar de segurança e de justiça, numa conjugação harmônica. O Direito é um compromisso entre a justiça e segurança (*ordo secundum justitiam*), no dizer de Santo Tomás de Aquino. Muitas vezes, na prática, a questão pode ser resolvida, ou ser amenizada, através de processos interpretativos, graças aos quais a lei injusta vai perdendo suas arestas agressivas, por sua correlação com as demais normas, no sentido global do ordenamento jurídico. É o que Kant denominou de “completude do ordenamento jurídico”.

Se a maior glória do Direito é a de ser justo, a justiça não coincide necessariamente com o Direito, nem é o seu único fim. São fins também além de outros, a ordem e segurança. Não são fins antagônicos, mas subordinados: a ordem é o fim imediato, o mais urgente está a justiça, em relação à qual o Direito tem duas obrigações: não prejudicá-la e favorecê-la. A justiça, como fim supremo e fundamento do Direito, não deve ser sacrificada, muito mais quando a “ordem” é tão somente o que a classe dominante ordena, uma “segurança” em favor de alguns: “Teu dever é lutar pelo direito, mas no dia em que encontras o direito em conflito com a justiça, luta pela justiça” (Eduardo Couture, “Mandamentos do Advogado”).⁷

Há crise do Estado democrático, quando não consegue mais fazer frente às demandas e às aspirações provenientes da sociedade e por ele mesmo provocadas. Os escritores socialistas ou marxistas sustentam que a crise do Estado capitalista surge no momento em que não se consegue mais dominar o poder dos grandes grupos de interesse em concorrência entre si. Prova disto é que retornou à ordem do dia o tema de um novo “contrato social”, através do qual dever-se-ia precisamente dar vida a uma nova força de Estado, diverso tanto de um Estado capitalista ou Estado de injustiça, quanto a um Estado socialista ou Estado de não-liberdade.⁸⁸

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. 14. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.⁹

Podemos conjecturar que a primeira intuição da justiça poderá ter sido objetiva, tendo o significado ético-religiosa de um mito personificado, no mundo grego, pelas deusas *Themis* e *Diké*. Enquanto prevaleceu a idéia substancial de uma ordem humana traçada por poderes divinos, não havia como falar em justiça no plano da subjetividade, notadamente quando justiça e liberdade se enfrentavam, assinalando a perene dialética da experiência jurídica.

O problema da subjetividade iria ser resolvido por Sócrates em termos de autodomínio dos instintos da razão, para cumprimento da lei positiva, por ele recebida como expressão da justiça. Até nossos dias, são suscitadas as duas faces da justiça, a subjetiva e a objetiva do justo. Pode Aristóteles, com admirável rigor lógico, concluir que a “justiça é um fenômeno político (estatal), sendo o Direito o ordenamento da comunidade estatal. Esse Direito é também o critério justo.” Santo Tomás, herdeiro direto do pensamento aristotélico, implica correlacionar a idéia de justiça com a idéia de igualdade, o que permite a Aristóteles estabelecer as conhecidas distinções entre justiça comutativa, que obedece a uma relação absoluta, numérica ou aritmética, e justiça distributiva, de caráter corretivo, destinada a reger, proporcionalmente, as relações sociais em função do devido a cada um segundo seus méritos ou responsabilidades. As aspirações

⁷ BETIOLI, Antonio Bento. Introdução ao direito. 6. ed. São Paulo: Letras & Letras, 1998.

⁹ BOBBIO, Norberto. Estado governo sociedade. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

jurídicas mundiais caminham nesse sentido.¹⁰

Consta da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), que “o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo.”¹¹

Nessa mesma linha, a Convenção Americana de Direitos Humanos (1969), o Pacto de San José da Costa Rica, em seu Preâmbulo, determina que “os Estados Americanos, signatários da presente Convenção, reafirmam seu propósito de consolidar neste Continente, dentro do quadro das instituições democráticas, um regime de liberdade pessoal e de justiça social, fundado no respeito dos direitos humanos essenciais.”¹²

Ainda, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (1966), considera em seu artigo 14, número 1, que todas as pessoas são iguais perante os Tribunais e as Cortes de Justiça.¹³

Foi significativa a influência jurídica da comunidade internacional em nossa Constituição Federal (1988), tanto que o nosso mais recente pacto social procurou harmonizar, ao menos na sua base, os princípios do liberalismo e da socialidade de direito. Veja-se que o artigo 1º estabelece que “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; o pluralismo político.” E o Estado encontra sua legitimação na expressão democrática, pois “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.”

Nesse contexto, o artigo 3º estabelece que “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.”

Da mesma forma o artigo 5º: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.” Mais à frente, o contrato social prevê, em seu artigo 170, que “A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: soberania nacional; propriedade privada; função social da propriedade; livre concorrência; defesa do consumidor; defesa do meio ambiente; redução das desigualdades regionais e sociais; busca do pleno emprego; tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.”

E mais, o artigo 193 prevê que “A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.” Tais dispositivos constitucionais nos autorizam a afirmar que o contrato social de 1988 visou garantir, para a concretização do valor justiça, o princípio da liberdade positiva (e não apenas o da liberdade negativa ou das restrições e proibições), o da igualdade material ou substancial (e não somente o da igualdade formal) e o da dignidade da pessoa humana.

Esses três princípios, fundamentalmente, constituem o alicerce jurídico da nova ordem social e devem ser observados não só pela sociedade, como pelos poderes de Estado, de forma a garantir, concretamente, o valor fundamental da justiça. Com base neles, podemos afirmar que o novo contrato social tem por fundamento a “função social do direito.”¹⁴

Da mesma forma, a Constituição Federal, ao prever o dever do Estado em prestar assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos,

¹⁰ REALE, Miguel. *Filosofia do direito*. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

¹¹ DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (ONU), 1948.

¹² CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 1969.

¹³ PACTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS, 1966.

¹⁴ BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

pretende efetivar o valor da justiça presente em diversos outros princípios constitucionais, tais como igualdade, devido processo legal, ampla defesa, contraditório e, principalmente, o pleno acesso à justiça. Sem assistência jurídica integral e gratuita aos hipossuficientes, não haveria condições de aplicação imparcial e equânime de justiça. Trata-se, pois, de um direito público subjetivo consagrado a todo aquele que comprovar que sua situação econômica não lhe permite pagar os honorários advocatícios, custas processuais, sem prejuízo para seu próprio sustento ou de sua família.¹⁵

O alargamento do objeto de ação popular (artigo 5º, LXXIII, Constituição Federal) é outro claro compromisso de socialidade do direito, assim como os princípios constitucionais de dignidade na administração pública (artigo 37, C.F.).¹⁶

3. CONCLUSÃO

Assim, pode-se concluir que a justiça se torna viva no Direito quando deixa de ser apenas idéia e se incorpora às leis, dando-lhes sentido, passando a ser efetivamente exercitada na vida social e praticada pelos tribunais. Ao estabelecer em leis os critérios da justiça, o legislador deverá basear-se em uma fonte irradiadora de princípios justos, onde também os críticos vão buscar fundamentos para avaliação da qualidade das leis. Essa fonte há de ser, necessariamente, o Direito Natural. Enquanto as leis se basearem na ordem natural das coisas, haverá o império da justiça. A abstratividade das regras do Direito, que não permite uma variação de critério em função de cada caso, a não ser excepcionalmente, colabora também para o enfraquecimento da eficácia do valor justiça. Enquanto que o positivismo não atribui importância à presença da justiça no Direito, porque este se compõe apenas de normas que comportam qualquer conteúdo. O eticismo sustenta uma outra colocação radical, pois pretende reduzir o Direito apenas ao elemento valor. Daí a necessidade de se equilibrar esse estado das coisas, que visa a justiça digna.¹⁷

A ética é fundamental para podermos obter uma sociedade ideal, em busca da felicidade e da paz. Por este motivo o povo brasileiro, representado na Assembléia Nacional Constituinte instituiu o preâmbulo de nosso pacto social:

“Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.”¹⁸

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, Joelio César Tadeu. O que é justiça. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1984.
- BETIOLI, Antonio Bento. Introdução ao direito. 6. ed. São Paulo: Letras & Letras, 1998.
- BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. 14. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BOBBIO, Norberto. Estado governo sociedade. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.
- CAPPELLETTI, M; GARTH, B. Acesso à justiça. Porto Alegre: Fabris, 1988.
- CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 1969.
- DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (ONU), 1948.
- DINIZ, Maria Helena Diniz. Compêndio de introdução à ciência do direito. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.
- MORAES, Alexandre. Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- NADER, Paulo. Introdução ao estudo do direito. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1996.

¹⁵ MORAES, Alexandre. Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

¹⁶ BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

¹⁷ NADER, Paulo. Introdução ao estudo do direito. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1996.

¹⁸ BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

PACTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS, 1966.
REALE, Miguel. Filosofia do direito. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.